



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Trabalho profissional.

RESISTÊNCIA E TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO INTERIOR

CARLOS FELIPE NUNES MOREIRA¹
GISELE DAYANE MILANI²

RESUMO: Dividido em duas partes principais³ organicamente relacionadas, o texto apoia-se no materialismo histórico-dialético ao problematizar genericamente a noção de “resistência” no trabalho profissional de assistentes sociais para, em seguida e sob as mesmas bases, apresentar breves reflexões a partir da experiência concreta na docência em Serviço Social em unidades de formação acadêmica privadas no interior do país. Buscamos, sinteticamente, articular uma dada compreensão não idealizada sobre os fundamentos político-profissionais do Serviço Social e como eles podem se materializar na relação pedagógica conduzida por assistentes social em sala de aula.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho Profissional; Docência; Resistência.

ABSTRACT: Separated in two main organically related parts, the text is based on historical-dialectical materialism in order to generically problematize the notion of “resistance” in the professional work of social workers to, after that and under the same bases, present brief reflections from the concrete experience of teaching Social Work at private academic institutions in the countryside. We research, synthetically, articulated a non-idealized comprehension about the social-political fundamentals of Social Work and how it would materialize at the pedagogical relationship conducted by social workers in the classroom.

Keywords: Social Work; Professional Work; Teaching; Resistance.

INTRODUÇÃO

Anualmente, o Conjunto CFESS/CRESS aprova em seus espaços deliberativos um determinado tema para ser trabalhado durante o mês em que comemoramos o Dia da Assistente Social. A temática de 2018 foi “**Nossa**

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <giselemilani@hotmail.com>.

³ A primeira parte tem por referência palestras proferidas pelo autor em Presidente Prudente/SP e em Rio das Ostras/RJ, em maio de 2018. A parte final é pautada na experiência docente da autora em unidades de formação acadêmica em Três Lagoas/MS e Andradina/SP.

escolha é a resistência! Somos classe trabalhadora! 15 de maio: dia da/o assistente social".⁴ Há muitas possibilidades teórico-metodológicas de compreendermos o tema da campanha. Contudo, tendo em vista se tratar diretamente de uma dada profissão, parece-nos ser indispensável pensarmos mediações neste exato sentido, considerando as categorias universais, singulares e particulares que compõem a totalidade na qual o debate se insere. E, sobretudo, qual a concepção de "resistência" que defendemos. A primeira reflexão que elencamos como introdutória – porém não menos importante – diz respeito à correta afirmação "*somos classe trabalhadora*".

Essa afirmação, aparentemente óbvia, encobre uma reflexão indispensável: o que nos faz trabalhadores e não burgueses? Um ponto prévio a ser considerado é que a história da humanidade é a história da luta de classes (Marx & Engels, 2004). Isso não significa que as classes sociais sempre existiram e, tampouco, que existirão para sempre. Nas sociedades comunais primitivas não existiam classes, mas já havia o trabalho. O trabalho é a categoria fundamental que funda o ser social (cf. Lukács, 2013). Ou seja: o ser humano só torna-se ser humano, a partir do momento essencial em que ele trabalha. E o que é o trabalho?

A clássica definição marxiana (Marx, 1985) afirma que, em qualquer período histórico (existindo ou não as classes sociais), o trabalho é a ação do indivíduo sobre a natureza com o objetivo teleológico de transformá-la para atender as necessidades sociais. Ainda em Marx (idem), todo processo de trabalho é composto por três elementos simples: a força de trabalho, os meios de trabalho e o objeto. Pensemos no ser humano primitivo que cortava a sua caça com uma pedra afiada. Com o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, a pedra afiada deu lugar ao osso afiado, que, posteriormente, deu lugar a um instrumento serrilhado, que deu lugar a uma faca de bronze, ferro, aço, que, por sua vez, deu lugar a uma faca elétrica e ao corte industrial.

Da pedra afiada de 3,3 milhões de anos atrás até chegarmos ao corte industrial, os três elementos simples supracitados do trabalho estão mantidos. Nesse sentido, o que diferencia épocas distintas não é "o que se faz", mas

⁴ Apresentando notada convergência teórico-política, o tema do XVI Enpess, por sua vez, é "Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social".

“como se faz” (Marx, *ibidem*). No capitalismo, os elementos simples do processo de trabalho não se alteram, mas são mediados por dois fenômenos particulares: a) o burguês detém a propriedade tanto dos meios de trabalho quanto do objeto/matéria-prima. E é ele, assim, que organiza o processo de trabalho; b) o produto do processo de trabalho pertence ao burguês e não ao trabalhador. O produto do trabalho é, na ordem do capital, uma mercadoria produzida para ser vendida e realizar a mais-valia.

Nesta relação, a força de trabalho (que é o único elemento que continua pertencendo ao trabalhador) é vendida ao burguês em troca de um salário. Então, nessa relação mercantil de compra e venda da força de trabalho, “o valor de uso da força de trabalho [...] pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu” (Marx, *ibidem*, p. 160).

A partir dessa brevíssima síntese teórica introdutória, podemos já afirmar com segurança que quando afirmamos “*somos classe trabalhadora*”, estamos dizendo que nós não possuímos os meios de produção. Que somos assalariados e que, portanto, vendemos a nossa força de trabalho. Estamos afirmando que não temos o controle do processo de trabalho e que somos uma classe que precisa ser explorada pela burguesia para sobreviver. Ou seja, estamos reafirmando que o capitalismo não atende aos nossos interesses mais amplos enquanto classe e que desejamos construir outro modo de produção e reprodução social!

1 SOMOS ASSISTENTES SOCIAIS E NOSSA ESCOLHA É A RESISTÊNCIA

Em linhas bastante gerais, a compreensão que se tornou hegemônica no interior da profissão em nosso país – a partir da década de 1980 – sobre o que significa ser assistente social aponta, incontornavelmente, para o fato de que fazemos parte de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto & Carvalho, 2008), regulamentada atualmente pela lei n. 8662/93 (que informa, dentre outros, sobre as atribuições e competências profissionais), regidos pelo Código de Ética de 1993 e que *vendemos a nossa*

força de trabalho em troca de um salário e, portanto, não podemos fazer tudo o que queremos no nosso trabalho profissional.

Neste movimento de mediação que articula universal e singular, ser assistente social exige a compreensão de questões como: qual é o motivo da existência do Serviço Social na sociedade capitalista? Para que se contrata assistentes sociais? O que esperam da nossa força de trabalho? Interpretar com robustez teórico-política essas particularidades é fundamental para entender a profissão e o próprio trabalho que realizamos. O significado social da profissão é e sempre foi exercer controle (material e ideológico) sobre os trabalhadores, garantir que as políticas sociais mantenham esses trabalhadores minimamente em condições produtivas, amenizar as sequelas da questão social e manter a continuidade do *status quo*.

Porém, a compreensão marxista da profissão e da realidade social nos permite entendê-las nas suas contradições. O Serviço Social atende, ao mesmo tempo, os interesses de ambas as classes, uma vez que dá respostas aos interesses dominantes e às demandas dos trabalhadores ao mesmo tempo (cf. Iamamoto & Carvalho, 2008). É centralmente a partir da compreensão crítico-dialética dessa lógica contraditória por natureza que assistentes sociais têm maiores possibilidades de direcionar o seu trabalho mais a favor de uma classe do que de outra.

Mas o assistente social é parte da classe trabalhadora e, portanto, é um trabalhador assalariado. Independente de o trabalho realizado ser produtivo ou improdutivo, vendemos nossa força de trabalho para o empregador e não somos proprietários nem dos meios de trabalho e nem donos do produto do nosso próprio trabalho. A condição de assalariamento impõe limites concretos entre aquilo que “eu quero fazer” e aquilo que “eu posso fazer”. Entre o “que eu quero” e o “que eu posso”, precisamos trabalhar com aquilo que “eu consigo fazer”, aquilo que é hoje possível de ser feito. Mas sempre buscando ampliar essa margem de possibilidade, e não se acomodando com os obstáculos que são inerentes ao trabalho.

É nessa tensão que a assistente social vai se utilizar da sua relativa autonomia profissional para atender mais amplamente os interesses, anseios e reivindicações legítimas da classe trabalhadora (e não somente os interesses

institucionais *stricto sensu*). Isso exige uma sólida formação profissional, um compromisso com qualificação permanente após graduado, uma leitura ampla e crítica da realidade social e a compreensão dos limites e possibilidades da atuação profissional etc.

Quando dizemos “somos assistentes sociais”, estamos dizendo: eu defendo a liberdade como valor ético central. Eu defendo de forma intransigente os Direitos Humanos. Eu quero uma democracia que socialize poder político e poder econômico. Eu sou contra qualquer tipo de preconceito e discriminação. Eu tenho compromisso com a qualidade do meu trabalho prestado à população. Eu me articulo com outras profissões e movimentos sociais que defendem os princípios que a minha profissão defende. Eu trabalho em prol da construção de uma nova sociedade sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Porque sou classe trabalhadora e o capitalismo não atende aos nossos interesses mais amplos. Resistimos e buscamos construir outro modo de produção e reprodução social!

Por último, falar em resistência nos dias de hoje adquire maior relevo. A conjuntura político-econômica do país está mais complexa e muito mais desfavorável para a classe trabalhadora. E não apenas no cenário nacional: lembremo-nos das eleições de Donald Trump ou de Emmanuel Macron, por exemplo. Ou lembrar ainda da intervenção militar-econômica imperialista na Síria e a tentativa internacional (bem como nacional) de deslegitimar a decisão do povo venezuelano na escolha de seu novo presidente

Fato é que o capitalismo vive uma crise que já vem se arrastando. A retomada da elevação das taxas de lucros nos países de capitalismo central exige uma maior superexploração da força de trabalho nos países de capitalismo periférico e dependente (Fernandes, 2005), como no Brasil. Em tempos de neoliberalismo sob a hegemonia do capital financeiro, a disputa pelo fundo público é cada vez maior. Esse conjunto de fenômenos tem rebatimentos diretos nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, incluindo nós, assistentes sociais.

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, não pode ser pensado desconectado da crise internacional do capital. O capital exige, cada vez mais, que o Estado dedique prioridade quase exclusiva para a garantia dos

interesses da burguesia nacional e internacional. Se o período do Partido dos Trabalhadores na presidência da República representou a plena manutenção das taxas de lucro da burguesia e, ao mesmo tempo, certos ganhos parciais para a classe trabalhadora; na conjuntura que se agravou com o *impeachment*, o capital quer “ganhar tudo sozinho”. Dentro dessa lógica está a medida provisória que congela por vinte anos o orçamento para as políticas sociais, as contrarreformas (cf. Behring, 2017) do Ensino Médio, a trabalhista e a da previdência. O neoliberalismo nunca foi, no Brasil, tão máximo para o capital e mínimo para o social (Netto, 1993) como é hoje.

Para a garantia de tudo isso, as liberdades democráticas estão sendo cada vez mais atacadas. Os retrocessos nos direitos sociais não estão acontecendo porque houve o golpe. O golpe aconteceu para garantir – de forma mais acelerada – os retrocessos nos direitos sociais e a retomada dos lucros em período de crise do sistema capitalista. Estamos vivenciando uma das faces mais duras e transparentes da democracia liberal-burguesa no Brasil. A nosso ver, o que vem acontecendo não atinge mortalmente a democracia, porque a democracia no capitalismo é historicamente organizada para atender satisfatoriamente aos interesses dominantes (cf. Wood, 2011).

Mais do que resistirmos, precisamos estar bastante atentos para o que está acontecendo. E ter uma leitura crítico-dialética da realidade é também um compromisso profissional nosso. Se trabalhamos com políticas sociais, precisamos entender a conjuntura político-econômica do país. E como nebuloso pano de fundo, temos na sociedade civil o avanço do conservadorismo, do reacionarismo e até do protofascismo. É importante para nós, assistentes sociais, compreendermos que o Serviço Social está mergulhado nesse caldo cultural caótico (e não imune em uma “redoma de vidro”). O conservadorismo, o reacionarismo e até o protofascismo também estão avançando no interior da nossa profissão.

Quando pensamos a “nossa escolha é a resistência”, não imaginamos assistentes sociais indo a passeatas, manifestações, piquetes etc. Saudamos todos e todas quem vão às ruas e às ocupa a favor dos interesses da nossa classe! Mas se isso não tiver *articulação direta* com o exercício profissional, não são assistentes sociais fazendo luta política. São cidadãos conscientes e

críticos fazendo luta política. Portanto, em que pese as mediações em comum, **não devemos confundir exercício profissional com militância política.** “Luta” fazemos na militância política. No exercício profissional: trabalhamos.

Na minha militância política (ou seja, na minha “luta”) eu posso decidir radicalizar e – coletiva ou individualmente – decidir ocupar a sede do governo, quebrar vidraça de bancos privados ou atirar pedra na polícia. O preço a ser pago por essas decisões não inclui, *a priori*, minha demissão do meu vínculo profissional. Para reflexão: eu posso quebrar a vidraça da sala do CRAS ou da universidade em que eu trabalho? Eu posso invadir e ocupar por dias a sala da minha chefia? Ou posso agredir integrantes dos aparelhos repressivos do Estado no espaço sócio-ocupacional onde sou também um representante do Estado? Não! Porque no trabalho eu, assistente social, sou um trabalhador assalariado. E a condição de classe determina – através de mediações semelhantes, mas não iguais – tanto os limites da minha militância quanto os da minha intervenção profissional.

Acreditamos que vem se instalando certa confusão entre “luta” e “trabalho profissional” no Serviço Social. E isso traz complicações sérias para quando queremos pensar a resistência no exercício profissional. Resistência no exercício profissional é: fazer seu trabalho com a máxima qualidade possível, respeitar a fundo o Código de Ética e a Lei de Regulamentação, buscar atender sempre aos interesses legítimos dos usuários, enfrentar a tradicional correlação de forças institucional, buscar democratizar a gestão da instituição etc. Nada que já não façamos. Ou melhor: nada que não deveríamos já estar fazendo há muito tempo.

Resistir aos ataques do capital contra os trabalhadores é urgente, mas o Serviço Social sozinho não altera a correlação de forças entre as classes sociais. Precisamos, portanto, estar cada vez mais articulados. Dentro da instituição em que trabalhamos, precisamos nos articular com outros profissionais que estão no mesmo lado político do que o nosso e com os usuários dos serviços a quem atendemos. Precisamos “abrir as portas da instituição” para outros sujeitos políticos e aproximar os usuários a esses sujeitos políticos, seja dentro, seja fora da instituição. A instituição não está isolada do mundo. Fora da instituição tem conselhos profissionais, sindicatos,

movimentos sociais, associação de moradores, coletivos culturais e tantos outros sujeitos políticos que podem se somar a nossa resistência. Como diz a canção, “um mais um é sempre mais que dois”⁵.

2 TRABALHO DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL E EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA

Neste item apresentamos elementos que problematizam a experiência docente, frutos de reflexões sobre as determinações político-econômicas (universais e particulares) que tangenciam o ensino superior, propriamente em cursos de Serviço Social ofertados em instituições privadas. A expansão do processo de mercantilização da política educacional ocorrido no Brasil tem subjogado, cada vez mais, a educação aos imperativos do mercado, sobretudo a partir de 1990 (cf. Leher, 2010), em razão do reordenamento das funções do Estado no contexto de contrarreforma neoliberal (cf. Behring, 2017). Adicionamos, ainda, que foi também nesse espaço temporal que se avolumaram os cursos em modalidade a distância, impactando na qualidade do ensino ofertado e no perfil profissional formado, massificando-o (cf. Sguissard, 2015) e distanciando-se do preconizado pelas atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

É sabido que o projeto hegemônico de educação superior em curso vincula-se às exigências de rentabilidade econômica, aos interesses burgueses em um país de capitalismo periférico e dependente como o Brasil e vem priorizando elementos que deixam a desejar em investimentos na direção de uma formação crítica e de qualidade. Adentrando na experiência docente concreta, abordaremos três elementos que se apresentavam de forma mais desafiadora em nosso cotidiano profissional no trabalho docente em instituições privadas de ensino superior e que vão balizar nossas reflexões: a formação acadêmica conduzida como **preparação imediata para entrada no mercado de trabalho**; o tripé ensino-pesquisa-extensão **reduzido apenas ao ensino** e a **não atualização dos conteúdos** das disciplinas. A identificação

⁵ Trecho da música “O sal da Terra”, composta por Beto Guedes e Ronaldo Bastos, em 1981.

desses processos enquanto totalidade e sua análise teórico-crítica parece-nos ser condição incontornável para quaisquer possibilidades de resistência profissional aos mesmos.

Em relação à formação acadêmica conduzida prioritariamente para preparação imediata ao mercado de trabalho, a dimensão técnico-operativa tem sido notadamente supervalorizada em detrimento às dimensões ético-político e teórico metodológica. Defendemos que a formação educacional é um processo omnilateral de fomento ao pensamento crítico. Contudo, a formação da força de trabalho – voltada tanto para o trabalho simples quanto complexo – vem sendo operada a partir de critérios definidos pelo mercado e por suas necessidades produtivas. Logo, o projeto pedagógico das instituições de ensino superior privadas é, na maioria das vezes, pensado nessa mesma linha. Ou seja: um projeto formativo adequado às necessidades mais gerais do mercado de trabalho que, atualmente, exige um profissional competitivo, produtivista, tecnicista, individualista, imediatista e conformista.

Diante à tendência de formação acadêmica minimalista, tem sido cada vez mais complexa a tarefa de trabalhar em sala de aula as disciplinas de maior conteúdo teórico. A pouca exigência institucional em relação ao rigor com tais disciplinas, transfere para o assistente social docente a responsabilidade com a devida atenção neste aspecto. Assumir essa responsabilidade é parte inerente do compromisso com uma formação de qualidade e precisa ser pensado no bojo dos movimentos de resistência profissional. Bem como a correta identificação do perfil majoritário do alunado se insere nessa mesma dimensão.

Se por um lado uma histórica característica dos discentes em Serviço Social é a de aluno-trabalhador, por outro, nas instituições privadas nossos estudantes tendem a vender sua força de trabalho para sua subsistência e para o pagamento da mensalidade. Logo, carregam consigo para a sala de aula, sobretudo no ensino noturno, toda a exaustão da exploração da jornada de trabalhado. Essa realidade, por vezes, não é diferente para nós docentes, que (para além da frase comumente propagada “você também trabalha ou só dá aula?”) exercemos a profissão de assistente social no decorrer do dia e ainda na docência noturna.

Aos docentes cabe o entendimento das limitações concretas desse/a estudante, não a fim de limitar o conteúdo a ser aplicado, mas sim de pensar em diferentes estratégias de ensino. Nossa resistência vai se efetivar aqui mediada pela solidariedade de classe junto com esse/a estudante, pois estamos – enquanto trabalhadores/as – subordinados/as aos ditames gerais do capital. Lembro-me de uma aula ministrada na qual abordamos as diferenças entre as formas de organização societária no socialismo e no capitalismo. No decorrer aula, estudantes foram sendo incentivados a trabalharem em grupo, do texto individual às trocas com o coletivo, e, ao final, realizaram uma dinâmica conhecida como *Tangram*⁶. Neste quebra-cabeças chinês, moldaram estruturas parecidas com *casas* e em cada peça escrevem diferentes palavras ou frases que estavam relacionadas, em suma, a uma sociedade que se aproximava dos ideais socialistas.

Na síntese final, os grupos elaboraram interrelações entre a atividade de montagem das peças do *Tangram* como a sociedade que almejavam e, ainda, puderam refletir com os demais colegas sobre a sociedade que vivemos e aquela que o Serviço Social tem como princípio ético contribuir com sua construção. A partir dessa aula, esses conhecimentos adquiridos de forma lúdica e não convencional foram utilizados pelos estudantes em várias outras aulas posteriores. Entendemos que, na atualidade, fazer a defesa da construção de outra ordem societária é cada vez mais necessário e fazer o estudante refletir teórico-criticamente sobre esse processo é, inegavelmente, uma forma de resistência.

Mesmo subsumidos ao modelo educacional burguês e relativamente limitados profissionalmente por conta da nossa condição de assalariamento, as bases teórico-metodológica e ético-política do projeto hegemônico do Serviço Social estão alinhadas aos projetos educacionais comprometidos com a emancipação humana (cf. CFESS, 2014). O modelo de educação pelo qual a nossa categoria profissional se orienta e almeja fortalecer – dadas as contradições e a essência da ordem capitalista – não poderá ser plenamente alcançado na sociedade atual. Porém, este fato não nos impossibilita de, já a

⁶ Para melhores informações acessar o site <<http://dinamicasdegruposervicosocial.blogspot.com/>>.

partir de agora, ressignificarmos os processos de consolidação e ampliação dos direitos sociais tomando a educação como mediação necessária à “[...] superação deste tipo de sociedade” (idem, p. 21).

No que tange o tripé ensino-pesquisa-extensão, as atividades de extensão universitária que conectam o/a estudante à comunidade têm sido cada vez mais escassas e até inexistentes no setor privado. Entendemos que as unidades de ensino superior são fundamentais espaços de produção e disseminação social do conhecimento científico, nas quais o ensino, a pesquisa e a extensão precisam estar em articulação orgânica. Por conseguinte, a extensão universitária visa significar a interlocução entre o conhecimento científico advindo da instituição de ensino e das pesquisas por ela realizadas com o público externo, ou seja, com a comunidade em geral, fazendo valer sua função social garantida ao menos na forma da lei.

Contudo, o lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho faz com que, historicamente, o ensino superior não tenha como uma de suas metas a produção e desenvolvimento do conhecimento científico em toda sua capacidade (Leher, 2010; Saviani, 2007). Existem alguns pontos a se considerar, principalmente em instituições privadas, que dificultam a operacionalização da pesquisa, tais como: ausência de disponibilidade de espaço físico e de equipamentos, ausência de biblioteca bem estruturada para consulta e estudos, falta de incentivo ao professor por parte da administração na criação de grupos de pesquisa e não remuneração dessa atividade etc.

Há aqui uma nítida limitação determinada pelo controle do processo de trabalho coletivo na educação privada que, na maioria dos casos, impossibilita a prática da docência orientada pelo tripé supracitado. Seria voluntarismo da nossa parte indicar que, mesmo a partir dessa realidade concreta, assistentes sociais devem realizar atividades *lato sensu* de pesquisa e extensão nestas instituições. Contudo, uma ação de resistência é tensionar os gestores e reivindicar junto a eles para que forneçam os recursos básicos necessários para um exercício profissional que vá além do ensino. Uma alternativa viável – mas que não exclui o tensionamento e a reivindicação referidas – é buscar articulações com outras instituições que desenvolvam a pesquisa e a extensão e, de alguma maneira, incorporá-las na nossa sala de aula.

Já no que se refere a não atualização dos conteúdos das disciplinas, docentes que possuem disciplinas fixas (que lhe foi atribuída em razão de ter sido contratado especificamente para ministrá-las), não raramente, utilizam semestre após semestre o mesmo plano de ensino e bibliografia sem substanciais atualizações. Certa vez, houve oportunidade de assumirmos uma disciplina ministrada há algum tempo por outra docente e que apresentava plano de ensino e bibliografias, de certa forma, desatualizadas e que pouco contribuía para produção de novos conhecimentos. Considerando a dinamicidade e complexidade da realidade social, entendemos como necessária a incorporação de recentes pesquisas e a atualização dos conteúdos, certamente sem desconsiderar a sumária importância da utilização dos clássicos.

Entendemos que parte da dificuldade dos professores em atualizar os conteúdos advém da ausência de condições materiais que deveriam ser ofertadas pela instituição contratante, como biblioteca como livros, revistas, enciclopédias etc. Não se constitui novidade a carência de investimentos na formação acadêmica. E podemos somar a isso o fato de que o curso de Serviço Social tem sido avaliado por seus gestores, em diversas instituições privadas do interior do país, como não tão mais lucrativo quanto já fora e, portanto, não prioritário para receber altos novos investimentos (fato também relacionado à diminuição da procura e do número de alunos e que vem gerando fechamento de turmas e de cursos presenciais).

É importante, pois, ressaltar que não queremos atribuir ao docente a responsabilidade individual pela aquisição com recursos próprios de parte dos meios de trabalho necessários para uso em sala de aula. Mas há aqueles que o fazem. Sem aqui qualquer avaliação moral, quem nunca levou seu computador portátil para uma aula expositiva? Há casos em que, quando a instituição não dispõe de Datashow, alguns professores até mesmo compram seu próprio equipamento. Levamos caixas de som portáteis quando queremos apresentar um vídeo ou filme para a turma, daquelas que inclusive cabem em nossa bolsa, ao lado do apagador que também temos que carregar para utilizar na tradicional lousa. E quando a biblioteca da instituição não possui os livros básicos do Serviço Social é a nossa “biblioteca” de casa que provê. Associar

imediatamente todas essas ações à ideia de resistência no trabalho profissional sem maiores articulações parece-nos ser um equívoco.

No limite, docentes vão criando suas próprias formas individuais e alternativas de garantirem parte dos meios de trabalho necessários para o seu exercício profissional. Certa vez, levamos o computador portátil para a sala de aula a fim de ministrar uma aula com auxílio de *slides*, mas não foi possível conectá-lo ao aparelho de Datashow (que era pessoal de outro professor), pois cada um dos equipamentos havia sido produzido em determinada época e possuíam entradas diferentes. Do fracasso do planejamento ao sucesso da análise, a aula foi conduzida no sentido de explicar como ficamos cada vez mais dependentes das novas tecnologias, dessa sociedade que produz incessantemente mercadorias, que nos exige o consumo em massa do “novo” (do novo celular, do novo computador, do novo carro etc.). É também importante adicionar que eram realizadas com os/as estudantes discussões sobre esse processo de precarização tanto do trabalho docente como do ensino superior de forma geral, pois seus rebatimentos incidem diretamente no processo de formação desses/as futuros/as assistentes sociais e é necessário que estejam preparados para saberem resistirem de modo não idealizado.

Por estarmos em regiões interioranas, o contato direto com as entidades do Serviço Social era muito distante, como com o CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. Turmas se formavam sem ao menos conhecerem um militante ou alguém da gestão dessas entidades. Com nossa entrada nas instituições e a partir do entendimento de que a resistência profissional não acontece de maneira individual e isolada, buscamos aproximar a ABEPSS dos discentes e articulamos a vinda de um membro da ENESSO. Isso somente foi possível em razão das possibilidades que vamos criando no cotidiano, pois na militância conhecemos colegas que – por seu compromisso político e por compartilharem dos mesmos princípios – aceitam deslocar-se, por vezes com recursos próprios e hospedar-se solidariamente em nossas residências, para estarem conosco em ricos espaços de discussões coletivas.

A partir dos pontos elencados, fica evidente que as condições e relações em que o trabalho docente se concretiza no ensino superior privado são permeadas pelas mais diversas formas de intensificação do trabalho intelectual

e sua precarização, submetido às regras mercadológicas e com o processo de trabalho definido por uma lógica de tempo-produção (o assalariamento por hora-aula) que assemelha-se ao que Marx (1985) definiu como “salário por peça”. Essa forma de contratação não contempla o pagamento do investimento realizado nas horas dedicadas ao trabalho de preparação do plano de ensino, das aulas, atividades, elaboração e correção de provas e de trabalhos, além dos trabalhos de conclusão de curso. Sobrecarga de trabalho, baixo investimento, precarização do ensino e docentes custeando parte dos meios de trabalho são algumas das marcas mais cruéis dessa forma de trabalho. Albuquerque (2015, p. 68), ao analisar a educação enquanto totalidade, faz referência às contradições desta sociedade de classes e adiciona que a isso:

Implica reconhecer também a relação ontológica entre a educação e o trabalho numa perspectiva de totalidade social, considerando que nesta sociedade do capital, o trabalho é convertido em mercadoria na mesma medida em que subordina todas as dimensões da vida social à lógica de produção e reprodução do capital, como educação, o trabalho, a família etc.

Os docentes inseridos no setor privado – e, portanto, no trabalho produtivo – participam objetivamente do processo de valorização do capital e não dispõem do controle da organização do processo de trabalho do qual fazem parte. No entanto, ainda que haja o limite imposto pela lógica do sistema capitalista na relação conflituosa entre compra e venda da força de trabalho, na ação docente possuímos relativa autonomia (bem como assistentes sociais em geral) quanto às formas de planejamento da disciplina, da metodologia empregada, (re)direcionamento do sentido político-pedagógico empregado etc.

Os desafios impostos são muitos e o enfrentamento à precarização da docência no ensino superior exige o fortalecimento do nosso compromisso frente a uma formação profissional crítica. Compromisso esse também relacionado ao público geral com o qual o Serviço Social atua, pois essa fração mais pauperizada da classe trabalhadora será, no futuro, atendida por assistentes sociais formados por nós e nas condições aqui discutidas.

Entendemos que, mais do que nunca, é preciso desvendar cada medida imposta e ser propositivo nas respostas, pois os ataques sofridos são muitos e o contra-ataque se faz imprescindível. A transformação radical do ensino

superior está organicamente articulada à conquista de uma contra-hegemonia educacional e cultural, alinhada aos projetos de transformação societária. Inegavelmente, isso envolve resistências individuais e, principalmente, coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde suas origens, o Serviço Social no Brasil tem na dimensão política uma forte característica inerente ao exercício da profissão. Especialmente a partir do final da década de 1970, o compromisso político de assistentes sociais se alinhou aos interesses mais amplos da classe trabalhadora. Neste sentido, a resistência às ofensivas do capital não é algo recente no Serviço Social e, muito menos, aos trabalhadores organizados. A correta compreensão da condição de trabalhador assalariado, em uma sociedade organizada em classes antagônicas na qual a subalternidade é imposta a nós, torna-se imperativo para a nítida interpretação do trabalho profissional em seus limites, possibilidades, obstáculos e desafios. E é justamente nestas condições que precisa ser entendida a resistência no Serviço Social. Caso contrário, há grandes chances de reforçarmos aquilo que há tempos lamamoto (2003) denominou de “militantismo”.

Como sabemos, a sua formação acadêmico-profissional generalista permite a assistentes sociais atuarem junto a diversas políticas sociais e em variados espaços sócio-ocupacionais. Em que pese as particularidades do exercício profissional da docência, o assistente social na condição de professor está orientado pelas mesmas legislações, normativas, direitos e deveres gerais do Serviço Social. Nesse raciocínio, a lógica da resistência profissional e o sentido político da sua intervenção também se encontram condicionados pelo atual modo de produção e reprodução social. É a partir da precisa leitura teórico-crítica da realidade que iremos desvelar, cada vez mais, as trilhas possíveis que há no exercício profissional na direção da superação deste sistema.

As ciências duras nos ensinaram que para toda ação existe uma reação. Paralelo semelhante podemos fazer para a luta de classes: só há reação porque existem ataques. Resistir coletivamente aos ataques a direitos da classe trabalhadora é urgente. Mas só ficar na defensiva não basta. Sem contra-ataque a derrota é só questão de tempo. Portanto, se eticamente devemos optar “[...] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24), este é o chamamento: vamos resistir! Vamos contra-atacar! Porque somos assistentes sociais! Porque somos classe trabalhadora!

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. **Código de ética do/a assistente social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética do/da assistente social. In: BRASIL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. **Código de ética do/da assistente social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEHER, Roberto. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (Org.). **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV Venâncio, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, vol. I. 2. ed. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004 (A Obra-Prima de Cada Autor).

PAULO NETTO, José. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1993.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12., n. 34, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, v.36, n.133, Campinas, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.